

Eleição sindical

A chama Movimento, Cidadania e Luta venceu a eleição para diretoria do Sindicato dos bancários de Florianópolis, que aconteceu nos dias 14 e 15 de abril. Dos 2.752 votantes, 74,24% preferiram a chapa liderada por Samuel Lima, apoiada pela CUT. A chapa derrotada, apoiada pelas direções do Besc e outros bancos, conseguiu apenas 25% dos votos. Para Samuel a votação "é a provação do 9º trabalho cutista que vem sendo feito desde 1987 no sindicato".

Visita

Esteve no Sinergia, dia 16 de abril, para conversar com a Intersindical, a diretoria da Celesc. Na ocasião os sindicatos repetiram sua posição: querem a assinatura da proposta de acordo aprovada pelas assembleias. Esta posição seria levada à diretoria colegiada da empresa pelos visitantes. Até esta quinta-feira porém a Celesc não deu nenhuma resposta sobre o assunto.

Plenária

Acontece neste final de semana a 2ª Plenária Estadual de Saúde, em Florianópolis. Os temas em debate serão "Controle Social - Os Conselhos Municipais e Estadual de Saúde" e "Revisão Constitucional e Conquistas Sociais". A plenária será no auditório da Reitoria da UFSC.

Aposentadorias

Dia 28 de abril os deputados federais votarão as novas leis da aposentadoria especial. Para os eletricitários a questão é muito importante, porque não está claro se a categoria continuará ou não a ter este direito (ver artigo Tribuna Livre).

Posse

Na quinta-feira passada tomou posse a nova diretoria do Sinergia que assume para uma gestão de três anos, com a proposta centrada no "Sindicato Cidadão".

LINHA VIVA

Nº 223 23/04/93

Agora é pra valer

Depois de tantas falsas esperanças e miseráveis recuos, na quinta-feira foram anistiados definitivamente mais 10 dirigentes sindicais da Eletrosul. Os reintegrados às suas funções foram, Claudius Charles Girard, Delman Ferreira, João José Cascaes Dias, Mauro Passos e Nel-



Balbinot, Cascaes, Mauro, Girard e Delman foram recebidos pelo presidente em exercício antes do ato político no hall da

son Balbinot. Tiveram ainda as punições de suspensão de 30 dias levantadas Claudio Corradini, Soraya Nór, Dinaldo Gilioli, Noé de Almeida e Juliano da Silva. A lei da anistia, promulgada dia 4 de março, beneficiou 1.200 sindicalistas de estatais no país inteiro.

Os reintegrados foram recebidos for-

Foto: Gantão Capel



Assembléia dia 27

Assembléia extraordinária do Sinergia - para empregados da Celesc e Eletrosul - vai escolher delegados ao Congresso dos Eletricitários que acontecerá em Recife, para discutir a criação de uma entidade nacional, devido as divergências surgidas no Congresso da Brasília.

Auditório do Sinergia
18 horas (1º convoc.)
18h30min (2º convoc.)

malmente na manhã de quinta-feira pelo Diretor de Planejamento e Engenharia, Delcídio do Amaral Gomes, presidente em exercício da empresa. Ao dar as boas vindas ele disse que gostaria que a ocasião marcasse também um recomeço na convivência entre empresa e sindicato em bases mais positivas. Recomendou ainda, externando uma preocupação, que o processo fosse encerrado até na sexta-feira. "Não quero mais ouvir falar nisto".

Na comemoração pela volta dos colegas realizadas no saguão da sede da Eletrosul, Álvaro Ayala, diretor do Senergisul, na condição de mais antigo dirigente sindical da categoria no país, após saudar os anistiados, comentou que este retorno representa uma vitória política da categoria e toda população. "Hoje não há mais força que dobre um dirigente sindical".

Também estiveram presentes sindicalistas de outras categoria. Vânio dos Santos, do sindicato dos bancários, se disse satisfeito por estar ali novamente, desta vez por um motivo "alegre e importante. A vitória sobre mais um ataque aos direitos dos trabalhadores".

Delman Ferreira, também feliz, espera que este seja o marco da "retomada da luta e também de laços mais estreitos entre sindicato e categoria". Mauro Passos acrescentou que as pessoas que estavam sendo anistiadas naquele momento "na verdade foram das que menos sofreram. Quem mais foi atingido neste processo todo não está mais aqui, muitos deles amargam até hoje, tendo dificuldades para sustentar suas famílias".

Quatro dias de luta no RS

Os eletricitários gaúchos fizeram uma greve de quatro dias, suspensa na terça-feira passada, porque a empresa se recusava a assinar acordo já acertado entre os dois lados anteriormente. O movimento que teve adesão de 90% da categoria, conseguiu no final manter a maior parte de suas conquistas. As ressalvas feitas pela empresa e aceitas pelo sindicato trata da licença-anual de três dias, o pagamento de horas-aula para empregados que proferem cursos para a em-

presa, o prêmio assiduidade de 45 dias por dez anos de trabalho não poderá ser transformado em dinheiro, e o quebra de caixa para quem deixou de exercer o cargo.

Além disso os eletricitários gaúchos tiveram, reposição de perdas de 98%. O reajuste salarial na CEEE é feito a cada dois meses e depende do aumento da tarifa, no caso de ter sido mais alta que a inflação. Caso contrário é de 80% do INPC.

Mercusul: diferenças comprometem futuro

Da reunião quadripartite do subgrupo de política energética do Mercosul, realizada dia 30 de março, em Assunção, Mauro Passos, na condição de representante dos trabalhadores brasileiros trouxe um importante relato sobre os diferentes estágios de organização sindical em cada um dos quatro países.

Segundo ele, as diferenças se dão tanto em relação ao estágio do processo de privatização, quanto ao entendimento do movimento sindical sobre a matéria. "Além disso há as diferenças estruturais e concepções sindicais. Na Argentina, por exemplo, a privatização já está consumada. O movimento sindical argentino optou por participar do processo. Investiu 15 milhões de dólares no programa e

é dono de três centrais termoeletricas e sócio de grupos privados em outras cinco."

Já no Uruguai a situação é inversa. O governo foi desautorizado em dezembro passado, por um plebiscito nacional a vender as estatais uruguaias. Foram 75% dos votos contra a privatização. "O objetivo dos sindicatos agora é transformar a estatal de energia elétrica num exemplo de eficiência".

No Paraguai, existe uma empresa nacional chamada Ande, que atua na distribuição, basicamente. Existe ainda a Itaipu-Binacional, independente da Ande, tanto a nível sindical como de gestão. Pelo que Passos pode apurar, "não há grandes discussões por lá, a respeito de privatização".

Senado pode desmantelar o setor elétrico em votação

Depois de um adiamento estratégico conseguido pelo CNE (Comando Nacional dos Eletricitários), será posto em votação no Senado, semana que vem, o projeto de lei das Concessões dos Serviços Públicos. Há muita coisa em jogo neste projeto para os eletricitários. Num primeiro momento, a mais preocupante, é seus próprios empregos.

A história começou quando o então senador Fernando Henrique Cardoso elaborou um projeto de lei que determinava novas regras para as concessões no país. Apesar de um matiz privatizante, o projeto abria o debate para que cada setor (elétrico, transportes, telecomunicações, etc) tivesse sua legislação própria. O projeto foi aprovado pelos senadores e seguiu para a Câmara dos Deputados. Ali aconteceu um grande recuo: ele foi todo alterado pelas mãos do deputado Luiz Carlos Aleluia que, no seu afã de entregar tudo ao setor privado, chegou a misturar coisas como energia elétrica, radiodifusão com serviços funerários (também uma concessão).

O projeto Aleluia foi aprovado pelos deputados e voltou ao Senado. Ali ele só poderá sofrer supressões ou ser totalmente substituído. A votação estava marcada para dia 13 de abril. Mas o CNE e o Fórum

es, abrindo um amplo debate no Senado. Além destes senadores o trabalho está contando com o apoio logístico do senador Teotônio Vilela. A estratégia é conseguir que o Senado substitua o



de Ciências da Cultura, coordenado por Luiz Pinguelli Rosa, conseguiu adiá-la para a semana do dia 28 de abril.

Neste meio tempo, com o compromisso dos senadores Mário Covas, Nelson Wedekin e Eduardo Suplicy, as duas entidades preparam um trabalho de apresentação de suas preocupaçõ-

projeto Aleluia pelo original de Fernando Henrique Cardoso.

Delman Ferreira que junto com João José Cascaes Dias coordena a ação pelo CNE, explica o que é o projeto Aleluia: "ele é perigoso para o setor elétrico porque abre a possibilidade de privatização. À medida em que as concessões forem vencendo, e muitas já vence-

ram, o governo federal é obrigado a abrir licitações. O prazo para isto é de 2 a 5 anos. Existe um artigo neste projeto que limita a participação do Estado. Assim, no nosso caso, a Celesc, que tem concessões para distribuição de energia por regiões do Estado (que estão todas vencidas), verá estas concessões serem licitadas. O risco é o capital privado só se interessar pelas regiões rentáveis. Sobraria para a Celesc apenas regiões de menor concentração de consumidores e que dão prejuízo. O mesmo aconteceria com as usinas. O capital privado disputaria as já amortizadas (hidrelétricas) deixando para a União as por concluir ou pagar. Isto significa a não entrada de capital privado para novos investimentos (já que o retorno é a longo prazo) e, para a União sobraria as áreas e usinas de maior custo de manutenção e menos rentáveis".

Hoje, sexta-feira, às 14h 30min, à pedido da direção da Celesc, os representantes do CNE, Delman e Cascaes, proferirão palestra sobre o assunto, na sede da empresa.

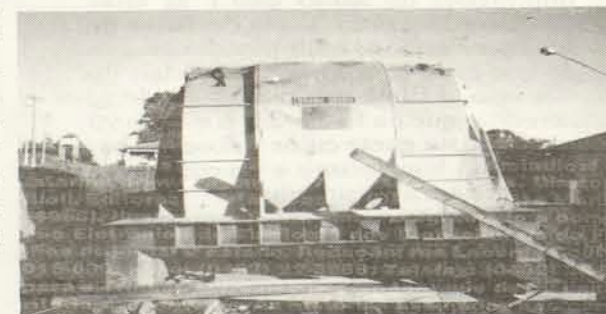
Celesc vende gerador a preço de banana

Desta vez não foi uma operação clandestina, mas mesmo assim não está sendo muito fácil entender uma venda feita pela Celesc recentemente, na região de Lages.

Há 15 anos estava depositado num terreno da empresa um grande gerador que havia sido utilizado na área e aposentado. A empresa resolveu agora se livrar do aparelho e para tanto lançou uma licitação. Estipulou o preço mínimo do gerador em Cr\$ 50 milhões. A única interessada foi uma empresa paulista, de São José do Rio Preto. Em leilão ela ofereceu Cr\$ 52 milhões e levou o gerador.

Mas o diretor do sindicato de Lages, Clóvis Finocchetti, dando voz a muitas dúvidas dos empregados

da Celesc, diz que "apesar de afirmarem que o gerador não tinha mais utilidade, ele deveria valer cerca de Cr\$ 1 bilhão. O ferro velho da cidade disse que compraria o gerador por Cr\$ 100 milhões para transformá-lo em sucata. O que todos querem saber é porque as coisas aconteceram assim? O que foi que aconteceu?"



Gerador estava há mais de 15 anos no depósito. Saiu por Cr\$ 50 milhões

TRIBUNA LIVRE

Restrições à aposentadoria especial

Hélio Coimbra
Diretor do Sinergia

A projeto de lei 3.201/92, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre aposentadoria especial, reduz drasticamente o alcance desse benefício ao estabelecer como pressuposto para sua concessão a exposição por 15, 20 ou 25 anos aos agentes nocivos à saúde do trabalhador, independente de categoria ou atividade exercida pelo segurado.

Deste modo, não basta ser técnico em radiologia, auxiliar de enfermagem, engenheiro de minas, mergulhador, etc., para fazer jus ao benefício, há que se provar o exercício da profissão em área risco.

O projeto é muito rígido. Além de restringir o direito de aposentadoria especial aos trabalhadores individualmente, e não mais à atividade ou categoria profissional que estejam expostas a agentes nocivos que provoquem desgaste físico ou psíquico e que acarretem a redução precoce da capacidade de trabalho, não resguarda o direito adquirido de determinadas categorias profissionais.

O projeto nem prevê que o tempo de trabalho exercido em atividades em condições especiais seja convertido em tempo comum, através da aplicação de multiplicadores, para efeito de outros benefícios previdenciários, e nem admite a contagem do tempo de serviço prestado em caráter ocasional ou temporário, mas apenas o de caráter permanente.

Além disso tudo, o projeto condiciona o deferimento do benefício a um exame médico-pericial prévio, a cargo da previdência social, além de vedar ao segurado, em gozo de aposentadoria especial, permanecer exercendo atividades consideradas prejudiciais à saúde.

O projeto se encontra na Comissão de Seguridade Social da Câmara e tem como relator o deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), que elaborou um substitutivo para ser votado na comissão logo após o recesso normal, em fevereiro de 93.

O substitutivo do relator, ao qual o DIAP teve acesso, pode ser assim resumido:

1 - A concessão da aposentadoria especial fica condicionada a comprovação da efetiva exposição aos agentes nocivos especificados no quadro anexo à lei, independentemente da categoria profissional ou atividade exercida pelo segurado.

2 - Será considerado, para efeito de aposentadoria especial, o tempo de trabalho exercido em atividades sujeitas à exposição aos agentes nocivos.

3 - Determina que o tempo de trabalho exercido sob condições especiais e já convertida em tempo comum, mediante aplicação de multiplicadores, sirva para efeito de qualquer benefício.

4 - O tempo de trabalho exercido em atividade comum não será contado para efeito de aposentadoria especial, sendo considerado, porém, para fins de quaisquer outros benefícios do regime geral da Previdência Social.

5 - Considera para efeito de aposentadoria especial, inovando em relação ao projeto original, o trabalho exercido em turnos ininterruptos de revezamento.

6 - Determina que sejam respeitados os direitos adquiridos pelas categorias profissionais que faziam jus ao benefício da aposentadoria especial e que deixaram de fazê-lo, por força das disposições desta lei, computando-se, para todos os efeitos, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente.

7 - Exclui a obrigatoriedade de exame médico pericial prévio, embora determine que deverão ser realizados periodicamente estudos e perícias técnicas, afim de verificar a necessidade de inclusão ou exclusão de agentes nocivos à saúde no quadro anexo à lei.

8 - Revoga toda a legislação anterior relativa a matéria, inclusive as leis específicas de categorias profissionais.

De posse destes dados, cabe às entidades sindicais, sobretudo aquelas em cuja base haja perda de direito decorrente de legislação anterior, atuar no sentido de que o projeto contemple as reivindicações.

vote
3 de maio

ISALTINO PEDRON

Para o Conselho de Curadores da Celos

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilioli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Soomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0492) 22-3866. Telefax: (0492) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

A honra em questão

Linha Viva

Dois filmes que concorreram ao Oscar discutem a decadência dos valores e a honradez das instituições. *Questão de Honra* e *Perfume de Mulher* apontam a honra como conduta individual, usando para isso roteiros impecáveis e atores do quilate de Al Pacino, Tom Cruise, Jack Nicholson e Demi Moore.

Gastão Cassel
Jornalista/ Linha Viva

Comprei o ingresso e fui para a fila que dobrava duas esquinas além da entrada do cinema. Filme cotado para o Oscar sempre arrasta pequenas multidões às salas de exibição. A fila começou a andar, e quando já havia evoluído além de uma das esquinas, um rapaz e duas moças se precipitaram à minha frente.

- Meu amigo, a fila começa lá atrás.

- Mas ela é nossa amiga - retrucou o furão, apontando para uma moça que já estava na fila e sorria com cumplicidade.

- Eu também tenho amigos lá na frente e nem por isso furei a fila.

- Eu acho que assim é mais fácil - ironizou o rapaz.

A conversa acabou sem que houvesse qualquer manifestação do pessoal da fila sobre o tema.

Entrei no cinema e logo começa a projeção de *Questão de Honra* filme de Rob Reiner que trata de um julgamento no Tribunal de Guerra da Marinha Americana e discute a aplicação de



Tom Cruise mostra que, além de galã, é ótimo ator

códigos disciplinares informais dentro da instituição, com apoio e cumplicidade de oficiais graduados. Um filme clássico de tribunal, daqueles capazes de grudar o espectador na cadeira enquanto acusação e defesa tramam argumentos fantásticos e apresentam testemunhas secretas a cada instante.

O filme é explícito, não usa sutilezas para questionar o que significa "honra" numa instituição como a Marinha. Será um atributo de disciplina e/ou submissão, ou um código individual, baseado em princípios éticos universais e na consciência? O diretor não se valeu dos recursos delicados que o diretor Martin Brest utilizou em *Perfume de Mulher*, que deu o Oscar de melhor ator para Al Pacino discutindo a temática da honradez através das desventuras de um militar reformado, cego, bêbado e decadente e seu guia.

Se no primeiro filme a questão da honra parece ser desvendável por uma instituição como a Justiça, no segundo ela ganha a dimensão existencial. O militar alcoólatra vive num exílio social por estar fora do que, no exército, seria um padrão de honradez, enquanto o seu pupilo, estudante de um colégio tradicional, vive sob pressão para delatar colegas que aprontaram contra o diretor da escola.

Nos dois filmes aparece uma questão chave deste final de século. A sociedade ocidental vive uma crise aguda de valores, onde máquinas institucionais massacram a individualidade e a diversidade, e se afirmam com discursos hipócritas escudados pela burocracia e pelos burocratas. Hoje, a opção do cidadão por seus próprios valores, por parâmetros alternativos de honra é quase heroísmo. Estado, Igreja, sistema educacional e tantas outras estruturas nos dizem o que pensar e como agir.

Os dois filmes tratam de um pequeno punhado de homens que entenderam que a verdadeira honra está acima das instituições. Algo muito a gosto da fórmula "um contra o sistema", cultuada no cinema desde os mais remotos *westerns*. Mais do que isso, afirmam que a honra só se realiza individual-

mente, pois a pretensa honra de uma instituição só pode ser medida pelos gestos de seus membros, especialmente dos seus dirigentes. A dignidade, pelo que nos indica os filmes, reside no combate à hipocrisia, na afirmação e na defesa do que se considera justo do ponto de vista humano, não das burocracias. Para ser honrado não é preciso envergar uma farda, tampouco trair-se



Al Pacino mostra porque ganhou o Oscar de Melhor Ator

diante de conveniências.

É bem verdade, no entanto, que as coisas não são tão simples, e não se pode jogar todo o debate sobre honra na pequena esfera do indivíduo. Há um leque de relações e mediações sociais, códigos indicativos de parâmetros. As próprias instituições criam dispositivos próprios de defesa de sua credibilidade, que no caso pode ser sinônimo de honra. Os dispositivos de *impeachment*, por exemplo, buscam a preservação a honra do Estado e dos governos.

Mas no cinema, na agonia dos réus que se consideram inocentes porque mataram um colega de farda para cumprir ordens - em *Questão de Honra* - e nos passos belíssimos de um tango figurado do ex-militar que não cede às imposições do *status quo* ("se errar continue dançando") - em *Perfume de Mulher* - estão as múltiplas dimensões do que pode se chamar honra. Mais do que isso, o filme traz o conforto de se acreditar que na balbúrdia dos anos 90 ainda existe gente cujos valores se baseiam no humanismo e no combate à hipocrisia e a mesquinha.

Os filmes confortam, inquietam e questionam. Mostram que furar a fila do cinema pode não ser uma questão de honra, mas pôe a honra em questão.